

**SOBRE CARTAS**  
**UMA TRADUÇÃO ANOTADA DO *DE EPISTULIS* DE CAIO JÚLIO VÍTOR**

*Felipe Guarnieri*<sup>1</sup>

**RESUMO:** Caio Júlio Vítor foi um professor de retórica ativo no século IV da era cristã, possivelmente de origem gaulesa, que nos legou uma *Ars rhetorica*, extenso manual de oratória baseado nos preceitos de Cícero e de Quintiliano. O texto apresentado aqui, em sua versão original em latim e em tradução anotada para o português, consiste em um apêndice desse livro, intitulado *De epistulis/Sobre as cartas*, em que o autor aborda os aspectos mais práticos da escrita epistolar: o estilo mais adequado a cartas, a etiqueta da correspondência e técnicas próprias da composição de cartas. A tradução proposta acompanha um breve aparato crítico em notas, o qual faz recurso a diversos outros tratadistas antigos que escreveram sobre epistolografia, tais quais Pseudo-Demétrio de Faleros, Filóstrato de Lemnos, Gregório de Nazianzo e Pseudo-Libânio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Epistolografia; Retórica; Conversação; Tradução; Caio Júlio Vítor.

**ABSTRACT:** Gaius Julius Victor was a grammarian, possibly from Gaul, active in the 4<sup>th</sup> century A. D., who left us an expansive rhetoric textbook called the *Ars rhetorica*, based on precepts passed on by Cicero and Quintilian. The text given hereunder, in its Latin original and annotated Portuguese translation, consists in an appendix of this book called *De epistulis/On letters*, wherein the author addresses the more practical aspects of letter writing, among which are a letter's most apt style, the mores of letter change, and techniques proper to epistolary craftsmanship. My version accompanies a brief critical apparatus in footnote, which resorts to many other ancient epistolary theorists, such as Pseudo-Demetrius of Phalerum, Philostratus of Lemnos, Gregory of Nazianzus and Pseudo-Libanius.

**KEYWORDS:** Epistolography; Rhetoric; Conversation; Translation; Gaius Julius Victor.

---

<sup>1</sup> Mestre em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo.

*De epistulis*

Epistolis conveniunt multa eorum, quae de sermone praecepta sunt. Epistolarum species duplex est; sunt enim aut negotiales aut familiares.

Negotiales sunt argumento negotioso et gravi. In hoc genere et sententiarum pondera et verborum lumina et figurarum insignia compendii opera requiruntur atque omnia denique oratoria praecepta, una modo exceptione, ut aliquid de summis copiis detrahamus et orationem proprius sermo explicet. Si quid historicum epistola comprehenderit, declinari oportet a plena formula historiae, ne recedat ab epistolae gratia. Si quid etiam eruditius scribas, sic disputa, ut ne modum epistolae corrumpas.

In familiaribus litteris primo brevitatis observanda: ipsarum quoque sententiarum ne diu circumferatur, quod Cato ait, ambitio, sed ita recidantur, ut numquam verbi aliquid deesse videatur: unum 'te' scilicet, quod intelligentia suppleatur, in epistolis Tullianis ad Atticum et Axium frequentissimum est. Lucem vero epistolis praeferre oportet, nisi cum consulto clandestinae litterae fiant, quae tamen ita ceteris occultae esse debent, ut his, ad quos mittuntur, clarae perspicuaeque sint. Solent etiam notas inter se secretiores pacisci, quod et Caesar et Augustus et Cicero et alii plerique fecerunt. Ceterum cum abscondito nihil opus est, cavenda obscuritas magis quam in oratione aut in sermocinando: potes enim parum plane loquentem rogare, ut id planius dicat, quod in absentium epistolis non datur. Et ideo nec historia occultior addenda nec proverbium ignotius aut verbum cariosius aut figura putidior: neque dum amputatae brevitati studes, dimidiatae sententiae sit intelligentia requirenda, nec dilatione verborum et anxio struendi labore lux obruenda. Epistola, si superiori scribas, ne iocularis sit; si pari, ne inhumana; si inferiori, ne superba; neque docto incuriose neque indocto indiligenter, nec coniunctissimo translatis, nec minus familiari non amice. Rem secundam prolixius gratulare, ut illius gaudium extollas: cum offendas dolentem, pauculis consolare, quod ulcus etiam, cum plena manu tangitur, cruentatur. Ita in litteris cum familiaribus ludes, ut tamen cogites posse evenire, ut eas litteras legant tempore tristiore. Iurgari numquam oportet, sed epistolae minime. Praefationes ac subscriptiones litterarum computandae sunt pro

discrimine amicitiae aut dignitatis, habita ratione consuetudinis. Rescribere sic oportet, ut litterae, quibus respondes, prae manu sint, ne quid, cui responsio opus sit, de memoria effluat. Observabant veteres karissimis sua manu scribere vel plurimum subscribere. Commendatitias fideliter dato aut ne dato. Id fiet, si amicissime dabis ad amicissimum, et si probabile petes et si impetrabile. Graece aliquid addere litteris suave est, si id neque intempestive neque crebro facias: et proverbio uti non ignoto percommodum est, et versiculo aut parte versus. Lepidum est nonnunquam quasi praesentem alloqui, uti 'heus tu' et 'quid ais' et 'video te deridere': quod genus apud M. Tullium multa sunt. Sed haec, ut dixi, in familiaribus litteris; nam illarum aliarum severitas maior est.

In summa id memento et ad epistolas et ad omnem scriptionem bene loqui.

### *Sobre cartas<sup>2</sup>*

Muitos dos preceitos que dizem respeito à conversação convêm às cartas<sup>3</sup>. Delas, há dois tipos: cartas podem ser ou de ofício, ou de amizade<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Esta tradução anotada se baseia em uma comparação dos textos estabelecidos por Halm 1863, 447-448 (de quem seguimos a paragrafação) e por Giomini e Celentano 1980, 105,10-106,20. Cotejamos, para nossa versão, a tradução em inglês de Malherbe 1988, 62-65; a em inglês de Trapp 2003, 184-188; e a em francês de Fry 2010, 467-472. O propósito das notas, por sua vez, é elucidar as passagens e alusões de Júlio Vítor com recurso a outros tratadistas antigos que escreveram sobre epistolografia, em especial Pseudo-Demétrio de Faleros (ca. séculos III a. C.-I d. C.), rétor grego ativo no período helenístico; outro Pseudo-Demétrio, este um professor cuja vida é completamente desconhecida (historiadores acreditam que ele teria vivido entre os séculos II a. C. e III d. C.); o sofista grego Filóstrato de Lemnos (ca. 190-230), autor de um breve folheto sobre como escrever cartas; o pregador grego cristão Gregório de Nazianzo (ca. 329-389/390), arcebispo de Constantinopla; e Pseudo-Libânio, gramático grego que provavelmente viveu na Antiguidade Tardia (séculos IV-VI d. C.). Além destes recorremos também aos praticantes da escrita epistolar, tais quais Cícero (106-43 a. C.), Sêneca (4 a. C.-65 d. C.), Plínio Segundo (61-113 d. C.), Frontão (ca. 100-160), Jerônimo de Estridão (331-419) e Agostinho de Hipona (354-430).

<sup>3</sup> É comum a associação entre o estilo da carta e o *sermo*, termo próximo do que entendemos como conversação. O *sermo* latino, tradução do termo grego ὁμιλία, é uma modalidade do discurso que pretende imitar uma fala comum entre pessoas cultas, ou seja, que dê a impressão de ser mais “solto” que a locutória intrincada do fórum, mas ainda assim mais adornado que um simples diálogo; por estas razões, tanto ὁμιλία quanto *sermo* acabaram apropriados pelos cristãos para nomear um gênero literário seu: a homilia ou o sermão. Quanto a isto, Pseudo-Demétrio de Faleros descreve a carta como τὸ ἕτερον μέρος τοῦ διαλόγου, “uma das duas metades de um diálogo” (περὶ ἑρμηνείας 223), enquanto Pseudo-Libânio dá solução mais sintética e categórica: ἐπιστολὴ ἐστὶν ὁμιλία τις ἐγγράμματος, “a carta é uma conversa escrita” (ἐπιστολιμαῖοι χαραχτήρες 2). Há mais referências em Sêneca, por

As cartas de ofício caracterizam-se pela argumentação oficiosa e séria<sup>5</sup>. Neste gênero, cabe empregar declarações de peso, clareza de dicção, dar especial atenção aos mecanismos de concisão, assim como usar todos os preceitos da oratória, com uma única exceção: que procuremos suprimir algo de sua longa duração<sup>6</sup>, para que o discurso se desenrole de modo mais parecido a uma conversa<sup>7</sup>. Se quiseres incluir

---

exemplo: *qualis sermo meus esset, si una sederemus aut ambularem, inlaboratus et facilis, tales esse epistulas meas volo, quae nihil habent accersitum nec fictum*, “como se fosse uma conversa minha, se estivéssemos sentados ou caminhando juntos, espontâneo e leve, assim quero que sejam minhas cartas, que nada tenham de forçado ou artificial” (*Ad Lucilium epistulae morales* 75,1), e em Cícero (*Ad familiares* IX,8,1;21,1).

<sup>4</sup> A divisão bipartite que Júlio Vítor estabelece entre *epistulae negotiales atque familiares*, “cartas de ofício e de amizade”, é semelhante àquela aventada por Cícero em uma carta endereçada a Décimo Curião, em *Ad familiares* II,4,1, e em um discurso, a saber o *Pro Flacco* 37, em que o autor fala de *epistulae publicae ac privatae*, “cartas públicas e privativas”. Júlio Vítor nos leva a crer, ao longo do texto, que esta divisão era não uma linha de regra, mas conclusão pragmática e derivada do senso comum, não havendo tópicos e regras específicas que diferenciasses uma carta de ofício de uma de amizade, estando esta diferença antes dependente de determinantes contextuais da escrita epistolar. Esta hipótese é corroborada por divisão similar implícita por Pseudo-Demétrio de Faleros, o qual diferencia as cartas entre as que são privativas e as que são enviadas a cidades e reis (περὶ ἑρμηνείας 234). Em síntese, a divisão aventada por Júlio Vítor, ecoada de Pseudo-Demétrio de Faleros e Cícero, privilegia o contexto da epistolografia. No entanto, nos sobram duas listas de epistolografia antiga onde encontramos tipificações mais específicas, a primeira partilhada em vinte e um tipos de cartas ou aspectos epistolares, os τύποι ἐπιστόλικοι de Pseudo-Demétrio (séc. II a. C.-séc. III d.C.), autor que procura os tópicos e razões de cada uma; e a outra partilhada em quarenta e uma situações epistolares por Pseudo-Libânio em seus ἐπιστολιμαῖοι χαρακτήρες, onde se elencam as modalidades da escrita epistolar.

<sup>5</sup> O fato de Júlio Vítor elencar o *argumentum negotiosum et grave* como principal característica das *epistulae negotiales* nos faz concluir que se retomava divisão similar à referenciada por Cícero em *Ad familiares* II,4,1: *reliqua sunt epistularum genera duo, quae me magno opere delectant, unum familiare et iocosum, alterum severum et grave. utro me minus deceat uti, non intelligo. locerne tecum per litteras? civem mehercule non puto esse, qui temporibus his ridere possit. an gravius aliquid scribam? quid est, quod possit graviter a Cicerone scribi ad Curionem, nisi de republica?*, “restam dois gêneros de cartas, os quais me agradam grandemente, um amigável e brincalhão, e o outro austero e sério. Não consigo concluir qual deles menos me convém utilizar. Brincar contigo em cartas? Arre, não acredito que há um cidadão sequer que possa hoje em dia rir! Talvez escrever algo mais sério? O que poderia haver de tão sério a ser escrito de Cícero a Curião se não for sobre política?”

<sup>6</sup> A duração de uma carta confunde-se com seu tamanho, em latim *mensura* e em grego μέγεθος. Aqui, Pseudo-Demétrio de Faleros recomenda moderação: τὸ δὲ μέγεθος συνεστάλω τῆς ἐπιστολῆς, ὥσπερ καὶ ἡ λέξις, “o tamanho [de uma carta] deve ser moderado, assim como o estilo” (περὶ ἑρμηνείας 228), ao passo que Pseudo-Libânio é mais preciso: τὸ μὲν οὖν μέγεθος τῆς ἐπιστολῆς ὡς πρὸς τὰ πράγματα, “o tamanho de uma carta depende do assunto tratado” (ἐπιστολιμαῖοι χαρακτήρες 50). Uma vez que Júlio Vítor não está muito preocupado em diferenciar os assuntos tratados em uma carta, o autor repete a recomendação mais geral dada por Pseudo-Demétrio de Faleros.

<sup>7</sup> A tradição literária recomenda, em qualquer gênero do discurso, o uso amplo e irrestrito dos mecanismos persuasivos da oratória, com a exceção estilística apontada por Júlio Vítor para a epistolografia: fazer com que a prosa corra “solto” e seja mais breve que uma *oratio*. Esta diferença é também pragmática, pois tratadistas antigos de epistolografia costumaram não raro opor o *sermo*

algum fato histórico em uma carta, é bom evitar todo o procedimento de narrá-lo<sup>8</sup>, para que o texto não deixe, assim, de ter charme<sup>9</sup>. Se quiseres também escrever algo mais culto, discuta-o de modo a não exceder os limites apropriados a uma carta<sup>10</sup>.

---

*epistularis* à prosa própria da oratória, a *contentio* (para esta, ver a oposição feita por Cícero no *De officiis* I,37,132). Caberia, no entanto, ao bom senso do autor, e não a uma cartilha de regras, estabelecer a fronteira entre ambos. Pseudo-Demétrio de Faleros, ao criticar uma carta de Aristóteles a Antípatro, sentencia que ὁ οὕτως διαλεγόμενος ἐπιδεικνυμένῳ ἔοικεν μάλλον, οὐ λαοῦντι, “um homem falando assim dá a impressão de estar discursando, e não conversando” (περὶ ἑρμηνείας 225), para em seguida arrematar dizendo que γελοῖον γὰρ περιοδεύειν, ὥσπερ οὐκ ἐπιστολὴν, ἀλλὰ δίκην γράφοντα, “ora, é ridículo construir períodos longos como se se estivesse escrevendo não uma carta, mas um discurso forense” (περὶ ἑρμηνείας 229). Equivale dizer que uma carta, vez que é em certo aspecto a contraparte de um discurso, deve ser elaborada mas não em demasia, ou seja, a ponto de se tornar algo além de seu escopo, como um discurso ou um tratado de filosofia. Esta conclusão ecoa palavras de outros tratadistas antigos, os quais Pseudo-Demétrio de Faleros no περὶ ἑρμηνείας 228-229; Pseudo-Demétrio no próêmio dos τύποι ἐπιστόλικοι ([ἐπιστολαί] καθηκόντων μὲν ὡς τεχνικώτατα γράφεσθαι, “[as cartas] devem ser escritas o mais habilmente possível”); e Pseudo-Libânio nos ἐπιστολιμαῖοι χαραχτήρες 46-47. Recorra-se também aqui, no entanto, a Sêneca: *quis enim accurate loquitur, nisi qui vult putide loqui? [...] etiam si disputarem, nec supploderem pedem nec manum iactarem nec attolerem vocem, sed ista oratoribus reliquissem*, “afinal, quem fala com precisão, a não ser quem quer falar afetadamente? [...] Mesmo ao discutir, eu não bateria o pé, nem abanaria as mãos, nem levantaria a voz, mas deixaria isso aos oradores” (*Ad Lucilium epistulae morales* 75,1-2).

<sup>8</sup> Júlio Vítor parece ter em mente o mesmo que Pseudo-Libânio, pois este afirma, em seu tratado, que πληρώσει δὲ τὴν εἰς ἐπιστολὰς χάριν ἱστοριῶν τε καὶ μύθων μνήμη καὶ παλαιῶν συγγραμμάτων καὶ παροιμιῶν εὐστόχων καὶ φιλοσόφων δογμάτων χρήσις, οὐ μὲντοι γε ταύτην διαλεκτικῶς προσακτέον, “mencionar fatos históricos e fábulas dá elegância às cartas, assim como o uso de obras afamadas, provérbios bem colocados, e máximas filosóficas, mas estes não devem ser usados de maneira argumentativa” (ἐπιστολιμαῖοι χαραχτήρες 50).

<sup>9</sup> A elegância, em latim *gratia* e em grego χάρις, é um dos três princípios fundamentais da estilística epistolar segundo Gregório de Nazianzo. Na verdade, a *gratia* é o elemento fundamental do “adorno epistolográfico”, aquilo que dá sua elaboração própria: trata-se do uso comedido de embelezamento linguístico a fim de que a escrita não se torne árida ou prolixa. Nas palavras do arcebispo de Constantinopla: τρίτον ἐστὶ τῶν ἐπιστολῶν ἡ χάρις. ταύτην δὲ φυλάξομεν, εἰ μὴτε παντάπασι ξηρὰ καὶ ἀχαριστα γράφοιμεν καὶ ἀκαλλώπιστα, ἀκόσμητα καὶ ἀκόρητα, ὃ δὴ λέγεται, οἷον δὴ γνωμῶν καὶ παροιμιῶν καὶ ἀποφθευγμάτων ἐκτός, ἔτι δὲ σκωμμάτων καὶ ἀνιγμάτων, οἷς ὁ λόγος καταγλυκαίνεται· μὴτε λίαν τούτοις φαινοίμεθα κατακρώμενοι· τὸ μὲν γὰρ ἀγροῖκον, τὸ ἄπληστον, “o terceiro elemento das cartas é a elegância. Nós a preservaremos se não evitarmos escrever de modo completamente árido, sem beleza, sem adorno, sem elegância e sem aparos; [escrever] num estilo, como se diz, que não permita máximas, provérbios ou aforismos, nem ditos espirituosos ou charadas, coisas que adoçam o discurso; por outro lado, não devemos fazer emprego copioso destes elementos: não usá-los é enfadonho, usá-los demais é enjoativo” (*Epistulae* 51,5-6).

<sup>10</sup> Os limites apropriados a uma carta nunca encontraram conceituação teórica na Antiguidade. Determiná-los é questão de prática e bom senso: trata-se do *modus*, em grego μέτρον, o “equilíbrio” que regula tanto a ambição da escrita, quanto o tamanho físico da carta. Solução sintética dá Gregório de Nazianzo: ἔστι δὲ μέτρον τῶν ἐπιστολῶν, ἡ χρεια, “a medida das cartas é o seu objetivo” (*Epistula* 51,1). Curiosamente, os epistológrafos antigos amiúde comentavam o tamanho de suas cartas; há muito disso em Cícero, Plínio, Frontão e Agostinho, mas aqui preferimos citar Jerônimo de Estridão: *neque enim epistularis angustia evagari longius patiebatur [...] cernis me scripturarum amore raptum excessisse modum epistulae*, “ora, a estreiteza própria a uma carta não permitia que vagássemos muito longe [...] tu me vês tomado pelo amor das Escrituras, excedi o limite da carta” (*Epistulae* 53,6;9);

A primeira coisa a ser observada em cartas de amizade é a brevidade<sup>11</sup>: não deixa que as declarações elas mesmas, como diz Catão, esparramem ambiciosamente por todos os lados<sup>12</sup>; procura antes encurtá-las, mas na medida em que nunca pareça faltar qualquer palavra (cabe, aqui, usar apenas um “tu” que a memória vai trazer de volta, tática que é muito frequente nas cartas de Cícero a Ático e a Áxio)<sup>13</sup>. Na verdade, importa que as cartas sejam totalmente claras, a não ser que porventura intencionalmente sigilosas (podendo ser secretas aos outros, desde que sejam claras e evidentes àqueles a quem foram enviadas)<sup>14</sup>. Há inclusive correspondentes que costumam se comunicar através de códigos, coisa que César, Augusto, Cícero e

---

*neque enim epistulae patitur brevitatis diutius in singulis morari [...] excessi mesuram epistulae, sed non excessi doloris modum*, “ora, a brevidade de uma carta não permite que nos demoremos em detalhes [...] excedi a medida da carta, mas não excedi o limite da tristeza” (*Epistulae* 57,8;13); *conabor modum non egredi epistulae longioris [...] modum meum egredi*, “tentarei não exceder a extensão de uma carta mais longa [...] passei dos meus limites” (*Epistulae* 112,1;18).

<sup>11</sup> Compare-se esta recomendação com o que diz Gregório de Nazianzo, para quem a brevidade, *brevitas* em latim e *συντομία* em grego, é o segundo dos três princípios fundamentais da escrita epistolar: οὔτε μακρότερα γραπτέον, οὐ μὴ πολλά τὰ πράγματα, οὔτε μικρολογητέον, ἐνθα πολλά [...] ἀμροτέρων φεύγοντα τὴν ἀμετρίαν, τοῦ μετρίου κατατυγχάνειν [...] περὶ μὲν δὴ τῆς συντομίας ταῦτα γινώσκω, “não se deve escrever em demasia, mesmo onde há muito assunto, e nem em escassez, onde há muito a dizer [...] deve-se evitar a desmedida de ambas as situações, e assim conquistar o comedido [...] é isso o que penso sobre a brevidade” (*Epistulae* 51,2-4). Pseudo-Libânio também recomenda, nos ἐπιστολιμαῖοι χαρακτῆρες 48, *συντομία* ao se escrever cartas.

<sup>12</sup> Esta citação de Catão, o Velho (234-139 a.C.) é conhecida unicamente deste texto de Júlio Vítor, não sendo encontrada em nenhuma das obras restantes do autor. Cabe salientar, no entanto, que a recomendação de comedimento avançada por Júlio Vítor é corroborada por outros tratadistas antigos, como vimos na nota anterior.

<sup>13</sup> As cartas de Cícero a seu amigo Tito Pompônio, conhecido como Ático, eram famosas desde a Antiguidade e hoje se encontram coletadas nos dezesseis livros das *Epistulae ad Atticum*, os quais foram “redescobertos” e preparados por ninguém menos que Petrarca (1304-1374). Muito embora, não nos restou nenhuma carta do Arpinate a Áxio, de modo que não podemos fazer uma leitura comparativa entre as missivas enviadas a um e a outro destinatário; há apenas uma magra referência a essas no *Divus Iulius* 9 do historiador Suetônio (70-130).

<sup>14</sup> Levando-se em conta que a *raison d'être* da epistolografia seja informar uma pessoa ausente, escrever uma carta que seja propositalmente obscura acarreta uma violação do princípio mais básico do gênero, a clareza. Esta, grafada em latim *claritas* e em grego σαφηνεία, consiste no terceiro e último princípio da epistolografia. Sobre ela, diz Gregório de Nazianzo: περὶ δὲ σαφηνείας ἐκεῖνο γινώριμον, ὅτι χρὴ φεύγοντα τὸ λογοειδές, ὅσον ἐνδέχεται, μᾶλλον εἰς τὸ λαλικὸν ἀποκλίνειν, “sobre a clareza, todos sabem que se deve evitar um estilo prosaico o quanto possível, e dar preferência a um conversacional” (*Epistulae* 51,4). Filóstrato de Lemnos, autor que recomenda clareza em qualquer situação, complementa: σαφηνεία δὲ ἀγαθὴ μὲν ἡγεμόνων ἅπαντος λόγου, μάλιστα δὲ ἐπιστολῆς, “clareza, de fato, é apropriada a qualquer tipo de discurso, principalmente em uma carta” (Filóstrato de Lemnos, *De epistulis*); Pseudo-Libânio retoma a ideia em ἐπιστολιμαῖοι χαρακτῆρες 48.

muitos outros fizeram<sup>15</sup>. De resto, quando não houver necessidade de esconder algo, cabe evitar a obscuridade mais do que nos discursos ou nas conversas; ora, tu podes pedir a alguém falando baixo que explique alguma coisa com mais precisão, coisa que não se dá em cartas de pessoas que estão ausentes<sup>16</sup>. É por essa razão que não vale incluir fatos obscuros de história, nem provérbios estranhos, nem preciosismos, tampouco mecanismos afetados<sup>17</sup>; não podemos exigir de alguém que se esforce para entender um argumento truncado oriundo da busca pela brevidade sucinta, tampouco podemos deixar que a luz seja obscurecida ou por um estilo expansivo, ou pelo trabalho aflito com a forma<sup>18</sup>. Se quiseres escrever uma carta a um superior, que ela

<sup>15</sup> A possibilidade de enviar cartas escritas em códigos foi aventada não só por Júlio Vítor, como também encontra parentesco entre os tipologistas de epistolografia. Pseudo-Demétrio elenca um tipo de carta que chama de “alegórica”: ἀλληγορικός, ὅταν πρὸς ὄν γράφομεν αὐτὸν βουλώμεθα μόνον εἰδέναι καὶ δι’ ἑτέρου πράγματος ἕτερον σημαίνωμεν, “o tipo alegórico é aquele em que objetivamos que a pessoa a quem escrevemos seja a única a compreender [o que queremos dizer], e também quando revelamos algo por meio de outra coisa” (τύποι ἐπιστόλικοι 15). Pseudo-Libânio, por sua vez, fala sobre a “carta de situação enigmática”, cuja descrição é semelhante à de Júlio Vítor: αἰνιγματικὴ δι’ ἧς ἄλλα μὲν τινα λέγεται, ἄλλα δὲ νοεῖται, “a situação enigmática é aquela em que se diz uma coisa, mas se entende outra” (ἐπιστολιμαῖοι χαραχτῆρες 41). Empiricamente falando, o historiador Suetônio notou a troca de cartas escritas em código por Júlio César e por Otávio Augusto no contexto das guerras civis, referenciadas no *Divus Iulius* 56 e no *Divus Augustus* 88, respectivamente.

<sup>16</sup> Os antigos, em sua sanha para determinar a origem cronológica e lógica dos gêneros de escrita, sintetizaram a razão de existir da epistolografia como um “diálogo entre pessoas ausentes”; nas palavras de Pseudo-Libânio: ἐπιστολὴ μὲν οὗ ἔστιν ὁμιλία τις ἐγγράμματος ἀπόντος πρὸς ἄποντα γινομένη καὶ χρειώδη σκοπὸν ἐκπληροῦσα, “a carta, então, é uma conversa escrita de uma pessoa ausente a outra pessoa ausente, e com um fim particular em mente” (ἐπιστολιμαῖοι χαραχτῆρες 2). O objetivo de uma carta é, portanto e a princípio, informar uma pessoa ausente, uma vez que, do contrário, não haveria necessidade de se escrever, pois seria possível conversar presencialmente com o destinatário. Cícero nos guarda, aqui, informação reveladora que acusa ser esta concepção própria ao senso comum: *epistularum genera multa esse non ignoras, sed unum illud certissimum, cuius causa inventa res ipsa est, ut certiores faceremus absentes, si quid esset, quod eos scire aut nostra aut ipsorum interesset*, “tu não ignoras que há muitos tipos de cartas, mas há um absolutamente preciso, por cuja razão essa própria atividade foi inventada: para informar pessoas ausentes caso haja algo sobre nós ou sobre eles que lhes interesse saber” (*Ad familiares* II,4,1). Vale salientar que a definição de Cícero continuou forte pela história do latim, como atesta comentário de Ambrósio de Milão (ca. 340-397): *epistolarum genus propterea repertum, ut quidam nobis cum absentibus sermo sit, in dubium non venit*, “não resta dúvidas que o gênero epistolar foi inventado para que nos fosse de fato possível conversar com pessoas ausentes” (*Epistulae* 66,1).

<sup>17</sup> O uso comedido de provérbios e outros mecanismos de adorno linguístico é recomendação unânime entre os tratadistas antigos, encontrando respaldo em Pseudo-Demétrio de Faleros (περὶ ἐρμηνείας 232), Filóstrato de Lemnos (*De epistulis*), Gregório de Nazianzo (*Epistulae* 51,5-6) e Pseudo-Libânio (ἐπιστολιμαῖοι χαραχτῆρες 50).

<sup>18</sup> Recomendação semelhante a esta dá Pseudo-Libânio: χρὴ μὲντοι μήτε συντομίαι σαφήνεια διαφείρειν, μήτε σαφήνειας φροντίζοντα ληρεῖν ἀμέτρως, ἀλλὰ τοῦ συμμετροῦ στοχάζεσθαι τοὺς ἀκριβεῖς τοζόταις μιμούμενον, “não se deve precluir a clareza em razão da brevidade, tampouco tagarelar desmedidamente em vista da clareza, mas mirar a medida correta, imitando hábeis arqueiros”

não seja jocosa; se a um igual, que não seja fria; se a um homem erudito, que não seja descuidada, e nem indiferente a uma pessoa sem instrução, nem acochambrada a um amigo muito próximo, ou menos amigável a um estranho<sup>19</sup>. É bom parabenizar efusivamente alguém por seu sucesso, deixando-o mais entusiasmado; ao se aproximar de uma pessoa condocida, porém, conforta-a com poucas palavras, pois uma ferida sangra mesmo quando tocada com leveza<sup>20</sup>. Assim, quando quiseres praticar a escrita de cartas de amizade, tem em mente que estas serão eventualmente

---

(ἐπιστολιμαῖοι χαρακτήρες 49). Percebe-se, na colação deste autor e na de Júlio Vítor, que há uma relação orgânica e de dependência entre os três princípios da escrita epistolar, a *brevitas*, a *gratia* e a *claritas*, as quais determinam-se mutuamente. Júlio Vítor parece ter em mente, neste trecho, a *brevitas amputata* presente em autores como Salústio e Tácito, estilo inadequado a uma carta pois não raro desemboca em hermetismo. Ainda sobre este, Pseudo-Demétrio é mais explícito sobre o que não se deve fazer em cartas: καὶ λῦσεις συχναὶ ὅποια ... οὐ πρόπουσιν ἐπιστολαῖς· ἀσαφὲς γὰρ ἔ γραφῆ ἢ λύσις [...] καὶ τῆ συντάξει μέντοι λευσθω μάλλον· γελοῖον γὰρ περιοδεύειν, ὥσπερ οὐχ ἐπιστολὴν, ἀλλὰ δίκην γράφοντα, “quebras frequentes em um período como ‘...’ não são adequadas às cartas: uma quebra torna a escrita obscura [...] outrossim, é preferível que haja um certo grau de liberdade em sua estrutura: ora, é ridículo construir períodos longos como se se estivesse escrevendo não uma carta, mas um discurso forense” (περὶ ἐρμηνείας 226;229)

<sup>19</sup> Segundo Júlio Vítor, o teor adequado a uma *epistula familiaris* depende não apenas deste tipo de carta em que escrevemos, mas sobretudo do destinatário a quem a carta é escrita. Esta situação é pragmática e mimetiza uma conversa presencial: ora, não nos dirigimos da mesma forma a um expoente intelectual, a uma autoridade política, e a um lavrador do campo; o tom e a linguagem devem ser acomodados a quem vai a epístola é encaminhada, evidentemente. Ainda assim, deve haver, fundamentalmente, presença de tom e palavras amistosas, sendo a amizade, em latim *amicitia* e em grego, a relação social mais específica que oferece as regras de etiqueta da epistolografia, e à qual o teor da escrita sempre deve se submeter. Que a epistolografia é o *genus amice dicendi* próprio da prosa latina é hipótese corroborada por todos os outros tratadistas antigos, dos quais o testemunho mais expressivo é o de Pseudo-Demétrio. Embora este autor descreva a carta de amizade como um tipo específico em que ὁ δοχῶν ὑπὸ φιλου γράφεσθαι πρὸς φίλον, “dá a impressão de ser escrita de um amigo para outro”, ele não deixa de adicionar, logo em seguida, que γράφουσι δὲ οὐχ οἱ πάντως φίλοι. πολλάκις γὰρ ἐν ὑπάρχοις χεῖμενοι πρὸς ὑποδεεστέρους ὑπὸ τινων ἀξιοῦνται φιλικὰ γράψαι καὶ πρὸς ἄλλους ἴσους, στρατηγούς, ἐπιστρατήγους, διοιχητάς, “mas não são, de maneira alguma, apenas amigos que as escrevem. Ora, muitas vezes espera-se que homens ocupando cargos importantes escrevam em tom amistoso a seus inferiores, e também a outros que são seus iguais, como gerais, comandantes e governantes” (τύποι ἐπιστόλικοι 1). Salvo uma situação específica, uma carta sempre apresenta um tom amistoso, que, neste gênero, caracteriza-se como neutro.

<sup>20</sup> A carta de consolação, em latim *consolatoria epistula* ou *epitaphium*, foi um dos tipos mais comuns de carta na epistolografia antiga. Pseudo-Demétrio a inclui em sua tipologia como παραμυθητικός, carta “escrita a quem está triste devido a algo ruim que lhe aconteceu” (τύποι ἐπιστόλικοι 5), e o mesmo faz Pseudo-Libânio: παραμυθητικὴ δι’ ἧς παραμυθοῦμεθὰ τινα ἐπὶ τοῖς συμβῆσιν αὐτῷ λυπηροῖς, “a situação de consolação é aquela em que consolamos alguém devido aos problemas que lhe afligem” (ἐπιστολιμαῖοι χαρακτήρες 25). A carta de consolação foi especialmente difundida por autores cristãos durante a Antiguidade Tardia, uma vez que serviu de veículo para a exortação da vida divina imortal frente à efemeridade da existência terrea; Jerônimo de Estridão, por exemplo, autorou ao menos quatro delas.

lidas em tempos mais tristes<sup>21</sup>. Nunca devemos brigar, muito menos em cartas<sup>22</sup>. Os prefácios e as subscrições devem se pautar pelo grau de amizade e pela posição social do destinatário, tendo em mente a prática tradicional<sup>23</sup>. Convém reescrever de modo que tenhamos em mãos as cartas que respondemos, para que nada carente de resposta escape da memória<sup>24</sup>. Os antigos costumavam escrever, ou ao menos assinar, de próprio punho a seus amigos mais queridos<sup>25</sup>. Devemos dar cartas de

<sup>21</sup> A possibilidade de ler uma carta alegre em tempos mais tristes foi aventada *en écrivant* pelos próprios autores, como por exemplo Ovídio em uma de suas epístolas poéticas: *temporis officium est solacia dicere certi, / dum dolor in cursu est et petit aeger opem. / at cum longa dies sedavit vulnera mentis, / intempestive qui movet illa novat*, “de um tempo certo é próprio, é dever dar consolo: / é a dor ainda em curso que quer amparo. / Com os dias porém as chagas ficam calmas, / e quem sem tempo as move as faz abrir” (*Epistulae ex Ponto* IV,11,15-22).

<sup>22</sup> Esta passagem ecoa a noção de que a carta é um gênero de prosa caracterizado pelo tom essencialmente amistoso, como discutimos acima na nota 18. Atente-se, no entanto, que brigar, em latim *iurgari*, é vulgar em qualquer ocasião.

<sup>23</sup> A carta antiga tinha tradicionalmente três partes ou seções distintas: o *praefatio*, seguido pelo corpo narrativo (*corpus* ou *res*), sendo este arremetada pela *subscriptio*; ao primeiro incorria a *salutatio*, intróito da carta, e à segunda precedia a *conclusio*, a conclusão. No *praefatio*, apunha-se o nome do remetente e do destinatário, seguidos estes comumente pela função social do destinatário e do remetente, assim como por uma fórmula abreviada, como recomenda expressamente Júlio Vítor acima. Citamos um exemplo de *praefatio* oficioso a partir de uma carta de Cícero a Bruto: *M[arcus] Cicero s[alutem] d[icit] D[ecimo] Bruto imp[eratore] co[n]s[ule] desig[nato]*, “Marco Cícero saúda Décimo Bruto, imperador, cônsule designado” (*Ad familiares* XI,5); contrastemos com o *praefatio* mais curto e afável a Terência, sua esposa: *Tullius Terentiae suae sal[utem] plurimam [dicit]*, “Túlio saúda profusamente sua querida Terência” (*Ad familiares* XIV,7). A *subscriptio*, por sua vez, era bastante mais simples, consistindo em uma assinatura do autor da carta feita de próprio punho, precedida esta por algum verbo de despedida como *vale*, “fica bem”, ou *ave*, “até logo”.

<sup>24</sup> Esta recomendação, é a princípio, pragmática, em semelhança às demais dadas por Júlio Vítor. Explica-se a ênfase do autor: a facilidade de se adulterar ou perder uma carta durante o transporte frente aos inúmeros perigos da jornada epistolar tornavam imperativo, na Antiguidade, o arquivamento dos documentos originais e autóctones, para que se elaborasse uma resposta fiel e para que as cartas pudessem ser reescritas e reenviadas se necessário fosse. Tê-las à mão para que “nada carente de resposta escape da memória” acabou se tornando, por estas razões, protocolo da etiqueta epistolográfica. Agostinho de Hipona faz referência a isto em uma de suas cartas a Jerônimo, na qual fala de *epistulae conscriptae*, “cartas arquivadas” (*Epistulae* 82,30).

<sup>25</sup> A assinatura do remetente em uma carta de sua autoria, em latim *subscriptio*, era não apenas um protocolo da etiqueta epistolográfica, mas, em tempos nos quais a escrita e entrega de cartas estava sujeita aos mais diversos obstáculos (a ausência de correios oficiais, os perigos da jornada em terra e mar, a facilidade de forjar documentos), medida de extrema importância para que o destinatário pudesse verificar a autenticidade do texto. Este dado subsistiu ao longo de toda a Antiguidade, uma vez que o corpo extenso de uma epístola não era, durante esse período, escrito de próprio punho pelo autor, mas ditado a um taquígrafo que, tomadas as notas, punha-se a redigir o que se disse. Há diversos testemunhos de *subscriptioes manu sua* entre os escritores antigos de cartas, e por esta razão nos limitamos a citar Agostinho de Hipona em uma carta a Jerônimo de Estridão: *quaecumque autem mihi occasio proxima occurrerit omnium earundem epistularum exemplaria manu mea subnotata, quam confido tibi esse notissimam, tuae germanitati, adiuvante Domino, curabo dirigere*, “enfim, qualquer oportunidade próxima que me ocorrer de cuidar para que todas cópias de minhas cartas

recomendação de maneira honesta (ou de maneira alguma)<sup>26</sup>: esse será o caso se a deres como um bom amigo a um bom amigo, pedindo nela algo plausível e, se muito, exequível. É agradável colocar, em uma carta, alguma palavra em grego, desde que não o faças na hora errada ou com frequência<sup>27</sup>; é também muitíssimo conveniente empregar um provérbio que não seja desconhecido, assim como um versinho, ou parte de um verso<sup>28</sup>. Às vezes, é alegre dirigir-se a alguém como se este estivesse presente, usando expressões como: “ei, tu aí!”, “que dizes?”, “vejo que ris”; há

---

sejam assinadas com minha letra (que, confio, te é imediatamente reconhecível), atentarei em encaminhá-las a ti” (*Epistulae* 19\*,4).

<sup>26</sup> A carta de recomendação, em latim *commendaticia epistula*, consistia em outro tipo bastante comum de carta na epistolografia antiga, tratando-se de uma epístola escrita em nome em alguém, a fim de introduzi-lo ou fazer por ele uma intervenção. A *commendaticia* é mencionada tanto na tipologia de Pseudo-Demétrio: ὁ δὲ συστατικός, ὄν ὑπὲρ ἄλλου πρὸς ἄλλον γράφομεν ἔπαινον συγκαταπέλεκτοντες ἅμα καὶ τοὺς πρότερον ἠγνοημένους λέγοντες ὡς ἐγνωσμένους, “a carta de recomendação [é aquela] que escrevemos em favor de uma pessoa para outra pessoa, trazendo [para esta] exortação e, ao mesmo tempo, falando de quem ainda não se conhece como se já fossem familiarizados um com o outro” (τύποι ἐπιστόλικοι 2); quanto na de Pseudo Libânio: συστατικὴ δι’ ἧς συνιστῶμέν τινα ραπὰ τι. ἢ δ’ αὐτὴ καὶ παραθετικὴ χαλεῖται, “a situação de recomendação é aquela em que recomendamos alguém a outrem. Por isso, ela também é chamada de situação de introdução” (ἐπιστολιμαῖοι χαραχτήρες 8).

<sup>27</sup> Ainda que adicionar palavras em grego seja prática defasada nas cartas cristãs que nos chegaram da Antiguidade Tardia — período em que os autores latinos mais proeminentes já não falavam grego —, copiosas cartas de Cícero a Ático (*Ad Atticum* I,16; IV,5; XIII,10-11), de Plínio Segundo a seus companheiros políticos (*Epistulae* II,3;14; IV,7;11; VIII,2), e de Frontão ao imperador Marco Aurélio (*Ad M. Caesarem* I,4;8 III,8;15) atestam esta recomendação. Júlio Vítor escreve tendo em mente não o escritor cristão, mas o epistológrafo pagão culto de linha ciceroniana e pliniana, formado segundo os mesmos ideais educacionais bilíngues que haviam formado a elite romana ao longo da história imperial. Seja como for, flagramos alguns autores tardios, como Jerônimo de Estridão, citando diversos termos mais técnicos em suas cartas, das quais são exemplos as *Epistulae* 102; 126.

<sup>28</sup> A citação de versos é tão comum em cartas antigas que houve até gênero poético nascido desta prática, a epístola poética na qual trabalharam Horácio, Ovídio, Ausônio, Paulino de Nola e Cláudio Claudiano. Versos e versinhos são muito comuns desde a época de Cícero: o Arpinate cita Homero nada menos que sete vezes em uma carta a César (*Ad familiares* 13,15); há ocorrências em Sêneca, o Jovem, Frontão, Agostinho de Hipona, Jerônimo de Estridão, para não citar Alcuíno, Petrarca, Poliziano, Erasmo e os autores da Idade Média em diante. Citar fragmentos de poesia — e, no caso dos cristãos, também versículos das Escrituras — é prática predominante ao longo de toda a história latina (e, pode-se dizer, mesmo além desta, pois a epístola poética encontrou terreno fértil com Alexander Pope na Inglaterra e Chaulieu na França, além de ser prática recorrente nas cartas de Voltaire, Coleridge, Baudelaire, Eliot...). Plínio Segundo discutiu a elegância deste adorno, desde que feito com moderação, em uma carta a seu amigo Fusco: *fas est et carmine remitti, non dico continuo et longo — id enim perfici nisi in otio non potest —, sed hoc arguto et brevi, quod apte quantas libet occupationes curasque distinguit*, “cumpre citar também algum poema, não digo um contínuo e longo — ora, não se pode citá-lo inteiro a não ser no ócio — mas um astuto e breve, que acentue de modo conveniente os negócios e os quinhões” (*Epistulae* VII,9,8).

muitas coisas desse tipo em Cícero<sup>29</sup>. Mas tudo isso, como eu disse, pertence a cartas de amizade; em cartas de ofício, a austeridade é maior<sup>30</sup>.

Resumindo, lembra de discursar bem tanto em cartas quanto em qualquer texto<sup>31</sup>.

## REFERÊNCIAS

<sup>29</sup> Esta prática é condenada por Pseudo-Demétrio de Faleros— autor que a atribui a um estilo imitativo que seria mais adequado a atores dramáticos no *περὶ ἑρμηνείας* 226— e não encontra respaldo em outros tratadistas. No entanto, Júlio Vítor escreve com a segurança da prática da escrita epistolar, uma vez que os elementos elencados pelo autor estão massivamente presentes nas cartas latinas da Antiguidade. Adotar esta estratégia é uma forma de atualizar ou “soltar” o *sermo* da carta como se os correspondentes estivessem, de fato, conversando. Além dos exemplos citados por Júlio Vítor — *heus tu!*, *quid ais?*, *video te deridere* —, outros comuns são *quid plura?* e *quid multa?*, presentes também em discursos. Cícero (*Ad Atticum* VI,1;6;8), Frontão (*Ad M. Caesarem* III,2;16; IV,6), e Jerônimo de Estridão (*Epistulae* 105; 112) são alguns dos autores que a praticaram.

<sup>30</sup> Júlio Vítor conclui que não há pontos de elocução ou mesmo estrutura que diferenciem uma *epistula familiaris* de uma *negotialis*; antes, é uma “austeridade maior”, em latim *severitas maior*, aquilo que distingue, pragmaticamente, uma da outra. Trata-se, portanto, de uma solução que busca amarrar de maneira prática o exposto anteriormente. Equivale dizer que a escrita epistolar depende sobretudo de fatores circundantes do contexto em que se escreve, tais quais o assunto abordado, o estado de espírito do autor e do destinatário, os tempos em que se vive, a posição social daquele a quem se envia a carta, o grau de amizade entre os correspondentes etc. Por fim, esse último adendo do autor ecoa algo que Pseudo-Demétrio de Faleros, ainda que este estivesse mais preocupado em elencar tópicos e assuntos adequados para a epistolografia, escrevera séculos anteriormente: *ἐπεὶ δὲ καὶ πόλεσιν ποτε καὶ βασιλεῦσιν γράφομεν, ἔστωσαν τοιαῦται ἐπιστολαὶ μικρὸν ἐσηρμέναι πως*, “ao escrevermos a cidades e a reis, cabe que estas cartas sejam um pouco mais elaboradas [que simples cartas de amizade]” (*περὶ ἑρμηνείας* 234).

<sup>31</sup> A conclusão de Caio Júlio Vítor é bastante reveladora e condizente a uma sociedade em que o discurso polido e adequadamente transmitido, esteja ele na fala retórica ou em uma carta escrita, se fazia central para a existência política e social de um indivíduo. Em Roma, era por meio do discurso que se requisitava, que se conquistava, que se persuadia e que se incriminava; toda argumentação dependia do encadeamento das palavras e de sua atualização com o leitor ou o orador. De fato, a frase final deste texto deixa implícito que muito do que Júlio Vítor falou é preceito não apenas de cartas, mas de qualquer discurso, hipótese que podemos corroborar com diversos comentários de Quintiliano (35-100 d. C.), rétor que recomendou o emprego de *ornatum*, *brevitas* e *perspicuitas* — sinônimo de *claritas* — para o orador (no *Institutio oratoria* IV,2; VIII,2;3). No fim do dia, tanto a escrita epistolar quanto o discurso de oratória convergem a um único princípio: o *decorum*, isto é, o “conveniente”. Esta noção está intrinsecamente ligada à ideia de *modus* — o equilíbrio do adequado, a medida do que é decoroso — e serve, mais que critério para a literatura, como adágio de toda a vida: *ut enim in vita sic in oratione nihil est difficilius quam quid deceat videre. πρέπων appellant hoc Graeci, nos dicamus sane decorum. de quo praeclare et multa praecipuntur et res est cognitione dignissima. huius ignorantia non modo in vita sed saepissime et in poematis et in oratione peccatur*, “pois, assim como na vida, também no discurso nada é mais difícil do que enxergar o que convém. Os gregos chamam isso de *πρέπων*; já nós bem poderíamos falar *decorum*. Sobre este, encontramos muitos e excelentes preceitos; é ele coisa que merece de fato ser conhecida. Ignorá-lo equivale a incorrer em faltas não apenas na vida, mas, muitíssimo frequentemente, também em poemas e no discurso” (Cícero, no *De oratore* 70).

FRY, Carole (2010) trad. “Annexe: Caius Iulius Victor, *Manuel de Rhétorique*”,  
In: Id. *Lettres Croisées de Jérôme et Augustin*. Paris: Les Belles Lettres/Éditions  
J.-P. Migne, 463-472.

HALM, Carolus (1863) eds. *Rhetores latini minores*. Leipzig: G. B. Teubner.

GIOMINI, R. & CELENTANO, M. S. (1930) eds. *C. Iulii Victoris Ars rhetorica*.  
Leipzig: G. B. Teubner.

MALHERBE, Abraham J. (1988). *Ancient epistulary theorists*. Atlanta: The  
Society of Biblical Literature.

TRAPP, Michael (2003) ed. *Greek and Latin letters. An anthology with  
translation*. Cambridge: Cambridge University Press.